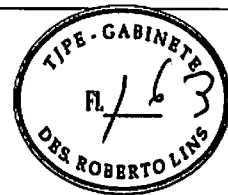




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação criminal nº 269218-0 – Vara Única da Comarca de Agrestina / PE

Apelante: O Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: José Luiz da Silva Filho
Advogado: Dr. Adalberto de Oliveira Cordeiro Júnior
Procuradora de justiça: Dr^a Janeide Oliveira de Lima
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Órgão julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: DIREITO PENAL. LESÃO CORPORAL MEDIANTE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (ART. 129, § 9º, DO CPB). APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE DE EXACERBAÇÃO DA PENA-BASE. EXISTÊNCIA DE APENAS DUAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS AO RÉU. MANUTENÇÃO DA PENA INICIAL EM 1 (UM) ANO DE DETENÇÃO. MAJORAÇÃO DESSE QUANTUM, EM RAZÃO DO CRIME CONTINUADO ESPECÍFICO, E NÃO PELO ALEGADO CONCURSO MATERIAL DE CRIMES. PENA CORPORAL DEFINITIVA FIXADA EM 1 (UM) ANO E 6 (SEIS) MESES DE DETENÇÃO. DETERMINAÇÃO DE REGIME ABERTO PARA O CUMPRIMENTO INICIAL DA PENA. CASSAÇÃO DO BENEFÍCIO DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL PELA PENA PECUNIÁRIA ESTABELECIDA NA SENTENÇA.

1. Existindo apenas duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, a pena inicial fica mantida no patamar estabelecido na sentença, isto é, em 1 ano de detenção.
2. Em razão do crime continuado específico, a sanção corporal é aumentada em 6 meses. A pena corporal definitiva passa a ser estabelecida em 1 ano e 6 meses de detenção, ante a inexistência de circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como de outras causas de aumento e de causas de diminuição da pena.
3. Fica estabelecido o regime aberto para a expiação inicial da sanção corporal, sem prejuízo das regras estabelecidas no art. 36, *caput* e §§ 1º e 2º, do CPB.
4. Fica cassado o benefício da substituição da pena corporal pela multa estipulada no *decisum* monocrático. Mantêm-se as demais disposições da sentença.
5. Recurso parcialmente provido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de apelação criminal nº 269218-0, da comarca de Agrestina, em que figuram as partes acima indicadas. Acordam unanimemente os desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada em 1º / 07 / 2014, em dar provimento parcial ao recurso, na conformidade da ementa e dos votos anexos, que passam a fazer parte integrante desta decisão.

Recife, 1º de julho de 2014.

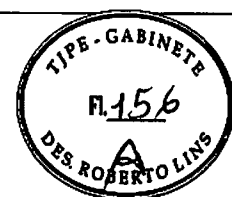
Roberto Ferreira Lins – Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



2

Apelação criminal nº 269218-0 – Vara Única da Comarca de Agrestina / PE

Apelante: O Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: José Luiz da Silva Filho
Advogado: Dr. Adalberto de Oliveira Cordeiro Júnior
Procuradora de justiça: Drª Janeide Oliveira de Lima
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Órgão julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto pela representante do Ministério Público contra a sentença de fls. 113, frente e verso, e 114, na qual a Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Agrestina condenou o réu José Luiz da Silva Filho pelo cometimento do crime tipificado no art. 129, § 9º, do CPB (lesão corporal mediante violência doméstica). A magistrada aplicou pena privativa de liberdade de 1 (um) ano de detenção, a qual substituiu, em seguida, por **“uma pena de multa no valor de dois (02) salários mínimos vigentes à época da quitação da pena”** (sic, fl. 114).

Em suas razões recursais (fls. 119 a 131), a apelante requer a reforma da parcial da sentença, para que se adotem as seguintes medidas: **a)** a majoração da sanção corporal, pelo aumento da pena-base (art. 59 do CPB); **b)** a majoração da sanção corporal, pela aplicação da regra do concurso material (art. 69 do CPB); **c)** a fixação do regime prisional para o cumprimento inicial da pena (art. 33 do CPB), e **d)** a revogação da substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa (art. 44, inciso I, do CPB).

Contra-arrazoando (fls. 143 a 145), o apelado requer seja dado provimento parcial ao recurso interposto pelo representante do Ministério Público, para, *in verbis*, “modificar a pena substitutiva aplicada para outra que não a de multa, sugerindo-se a de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE OU LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA**, bem como sendo fixado o regime inicial de pena como sendo o **REGIME ABERTO**.”

Nesta instância, a Drª Janeide Oliveira de Lima, Procuradora de Justiça, emitiu seu parecer pelo provimento parcial do recurso, **“a fim de que seja reconhecida a regra do concurso material, fixado o regime inicial de cumprimento da pena e negada a substituição da pena privativa de liberdade pela pena de multa.”**

Está feito o relatório. Inclua-se em pauta de julgamento.

Recife, 10 de Abril de 2014.

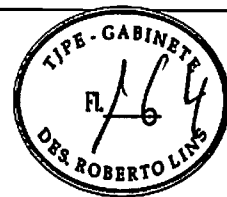
Roberto Ferreira Lins – Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação criminal nº 269218-0 – Vara Única da Comarca de Agrestina / PE

Apelante: O Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: José Luiz da Silva Filho
Advogado: Dr. Adalberto de Oliveira Cordeiro Júnior
Procuradora de justiça: Dr^a Janeide Oliveira de Lima
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Órgão julgador: Primeira Câmara Criminal

Senhores Desembargadores,
Senhor Procurador de Justiça:

VOTO

Acusado de ter cometido o crime de lesão corporal mediante violência doméstica, o réu José Luiz da Silva Filho foi condenado à pena de 1 (um) ano de detenção, a qual foi substituída por uma multa equivalente a 2 (dois) salários mínimos "vigentes à época da quitação da pena" (*sic*, fl. 114).

Passo a analisar, um a um, os pedidos formulados no recurso ministerial.

1º PEDIDO: MAJORAÇÃO DA SANÇÃO CORPORAL, PELO AUMENTO DA PENA-BASE.

Em que pese aos argumentos da promotora recorrente, não vejo nenhuma razão plausível para fixar a pena inicial acima do patamar estabelecido na sentença (1 ano de detenção), pois apenas uma pequena parte das circunstâncias judiciais (art. 59 do CPB) é que se mostra desfavorável ao réu.

Vejamos como a juíza sentenciante procedeu na primeira frase da dosimetria (fl. 113-v.):

"Analisando as circunstâncias do art. 59 do Código Penal, verifico que, além dos fatos apurados nestes autos, o acusado não possui antecedentes criminais conhecidos e inexistem elementos que desabonem sua conduta social e personalidade. Os motivos inexistem justificativas para tal delito. circunstâncias do crime cometido pelo acusado, já que maior o perigo poderia vulnerar as vítimas. As conseqüências não lhes são favoráveis, posto os transtornos físico e emocionais pelos quais tiveram que passar as vítimas. Em relação à culpabilidade do réu, além da reprovação social de sua conduta, chega esta a apresentar-se como torpe ou vil, a ponto de concorrer em seu desfavor. As vítimas em nada contribuíram para o cometimento do delito.

Assim sendo, em atendimento às circunstâncias judiciais supra-referidas, fixo a pena-base em 01(um) ano de detenção.

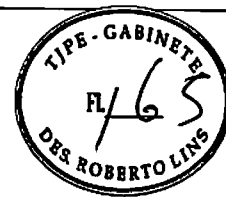
Como se vê na análise supra, relativamente aos motivos do crime, a juíza consignou que "inexistem justificativas para tal delito" (*sic*), o que sem dúvida não passa



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



4

Apelação criminal nº 269218-0 – Vara Única da Comarca de Agrestina / PE

de uma parca e genérica demonstração do óbvio, pois não existe um crime sequer que seja justificável, salvo se se configurar alguma excludente de ilicitude, o que não é o caso dos autos. Assim, o vetor 'motivos do crime' não é suficiente para agravar a pena inicial.

No tocante ao vetor 'circunstâncias do delito', o que se vê é um apontamento pouco inteligível e completamente desprovido de fundamentação concreta, de forma que também não serve como fator de majoração da pena inicial.

Com relação ao comportamento das vítimas, trata-se de elementar neutra, que também não serve para exacerbar a pena-base, conforme entendimento jurisprudencial do STJ: "*O fato de a vítima não ter contribuído para o delito é circunstância judicial neutra e não deve levar ao aumento da sanção.*" (HC 217.819/BA. Rel.: Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Sexta Turma. Julgado em 21/11/2013. DJe 09/12/2013).

Em suma, das oito elementares do art. 59 do CPB, apenas as 'consequências do delito' e a 'culpabilidade do réu' é que se mostram desfavoráveis ao recorrido, de sorte não se justificaria um aumento ainda mais exacerbado da pena-base. Afinal, o *quantum* fixado na sentença (1 ano de detenção) corresponde ao quádruplo da pena mínima, o que é mais do que razoável como majoração para dois vetores negativos.

Assim, não há por que acolher o pleito de exasperação da pena-base.

2º PEDIDO: MAJORAÇÃO DA SANÇÃO CORPORAL, PELA APLICAÇÃO DA REGRA DO CONCURSO MATERIAL.

Não percamos de vista, inicialmente, que não incidem, na segunda fase da dosimetria, nenhuma circunstância atenuante ou agravante, de maneira que se chega à terceira fase com a pena estabelecida em 1 (um) ano de detenção.

A toda evidência, a hipótese dos autos é de "crime continuado", e não de "concurso de material de crimes", porquanto, além das circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução, previstas no *caput* do artigo 71 do CPB, estão presentes as três condições específicas do parágrafo único deste mesmo artigo, a saber: *a)* a natureza dolosa do delito (não se trata de conduta culposa); *b)* a diversidade de vítimas (duas pessoas agredidas), e *c)* a perpetração do crime mediante violência (agressão física contra ambas as vítimas).

A doutrina e a jurisprudência são pacíficas nesse entendimento. Veja-se, por exemplo, esta anotação de Celso Delmanto (*in* Código Penal Comentado, 4ª Edição, p. 320, *in fine*. Editora Saraiva – 2010):

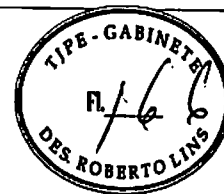
"Além dos requisitos gerais do crime continuado comum, já assinalados no comentário ao *caput* deste art. 71, há mais três condições específicas: 1. Crimes



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação criminal nº 269218-0 – Vara Única da Comarca de Agrestina / PE

dolosos. As infrações não podem ser culposas. 2. Contra vítimas diferentes. Devem ser diversas as vítimas, pois, se for um só, a hipótese será a comum, do caput. 3. Com violência ou grave ameaça à pessoa. A violência referida na lei é a física, contra pessoa, não sendo suficiente a violência contra coisa. (...)

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no julgamento da apelação criminal nº 70035568666, consignou o seguinte tópico:

"CONCURSO MATERIAL. CRIME CONTINUADO. Condutas de lesão corporal decorrente de violência doméstica, contra duas vítimas, nas mesmas circunstâncias de tempo e local. Caso de crime continuado, e não de concurso material. Incidência do artigo 71, parágrafo único, CP. PENAS SUBSTITUTIVAS. Natureza do crime que impede a substituição." (Apelação Crime Nº 70035568666, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ivan Leomar Bruxel, Julgado em 10/02/2011).

Assim, há que se acolher o pleito de exacerbação da pena, embora a título de continuidade delitiva (art. 71, parágrafo único, do CPB), e não de concurso material (art. 69 do CPB), o que, na prática, apresenta o mesmo resultado, isto é, o aumento da sanção privativa de liberdade.

Não obstante, devemos ter presente que, para a majoração da pena, de acordo com o parágrafo único do art. 71 do CPB, é preciso considerar as mesmas elementares do art. 59 (exceto as consequências do crime e o comportamento da vítima). No caso concreto, como já vimos, apenas duas circunstâncias judiciais são desfavoráveis ao réu, de sorte que, pela continuidade delitiva, mostra-se razoável e suficiente o aumento da pena em ½ (um meio), o que a eleva ao patamar de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção, *quantum* que se torna definitivo, à míngua de circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como de outras causas de aumento e de causas de diminuição.

3º PEDIDO: FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL PARA O CUMPRIMENTO INICIAL DA PENA.

Como consequência do *quantum* de pena ora estabelecido (1 ano e 6 meses de detenção), há que se fixar o regime aberto para o cumprimento da sanção corporal, pois o réu atende às exigências do art. 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal.

4º PEDIDO: REVOGAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENA ALTERNATIVA.

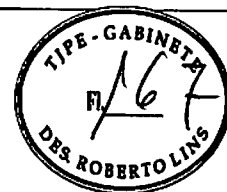
Neste particular, também assiste razão à recorrente ministerial, porquanto, tendo em vista que o condenado não preenche os requisitos do inciso I do artigo 44 do CPB, não é possível manter o benefício da substituição da pena privativa de liberdade pela pena de multa determinada na sentença.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



6

Apelação criminal nº 269218-0 – Vara Única da Comarca de Agrestina / PE

Em suma, existindo apenas duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, mantém-se a pena inicial em 1 (um) ano de detenção – patamar estabelecido na sentença de primeiro grau.

Em razão do crime continuado, a sanção corporal é aumentada em ½ (um meio), ficando estabelecida no patamar definitivo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção, ante a inexistência de circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como de outras causas de aumento e de causas de diminuição da pena.

Como o réu atende às exigências do art. 33, § 2º, alínea “c”, do CPB, fica estabelecido o regime aberto para a expiação inicial. É óbvio que, no caso de quebra de qualquer das regras contidas no art. 36, *caput* e §§ 1º e 2º, do mesmo diploma legal, o condenado fica sujeito à transferência para um regime mais gravoso, a ser estabelecido pelo juiz das execuções penais.

Por fim, considerando que o condenado não preenche os requisitos do art. 44, inciso I, do CPB, cassa-se-lhe o benefício da substituição da pena privativa de liberdade pela pena pecuniária fixada na sentença.

Assim, nos termos da fundamentação supra, acolho parcialmente a postulação da apelante, para os seguintes provimentos: **1º)** reconhecer a causa de aumento da pena, embora não a título de concurso material, e sim de continuidade delitiva; **2º)** estabelecer o cumprimento da pena em regime aberto, sem prejuízo das regras estabelecidas no art. 36, *caput* e §§ 1º e 2º, do CPB, e **3º)** cassar o benefício da substituição da pena corporal pela multa estipulada no *decisum* monocrático. Ficam mantidas as demais disposições da sentença.

É como voto.

Recife, 1º de julho de 2014.

Roberto Ferreira Lins – Relator